

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

I.º trimestre 2021
Cenário sem PRR

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos
5. Eficiência Operacional
6. Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Rébito de contratos com clientes	mEur	20 691				20 691	20 870	20 710 ▼
Rébito de construção em ativos concessionados	mEur	3 980				3 980	3 175	6 805 ▼
Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos	mEur	-2 722				-2 722	-4 156	1 391 ▼
Gastos de construção em ativos concessionados	mEur	-3 980				-3 980	-3 175	-6 805 ▲
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 838				- 838	- 636	- 763 ▼
Margem Bruta	mEur	17 132				17 132	16 078	21 338 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-7 423				-7 423	-6 557	-9 169 ▲
Gastos com pessoal	mEur	-3 118				-3 118	-2 773	-3 414 ▲
Amortizações	mEur	-5 172				-5 172	-5 161	-6 122 ▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0				0	0	0 =
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 172				- 172	- 194	- 175 ▲
Subsídios ao Investimento	mEur	1 189				1 189	1 187	1 183 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	55				55	64	17 ▲
Resultados Operacionais	mEur	2 490				2 490	2 645	3 659 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 455				-1 455	-1 644	-1 530 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	0				0	169	56 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 455				-1 455	-1 476	-1 474 ▲
Resultados Antes de imposto	mEur	1 035				1 035	1 169	2 185 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 178				- 178	- 190	- 577 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	857				857	979	1 607 ▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	5 211				5 211	6 801	2 268
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	9 194				9 194	10 774	7 207
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	0,0%				0,0%	51,6%	34,8%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	0,2%				0,2%	142,2%	272,6%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 1º trimestre de 2021, cenário sem PRR, constantes do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2021-2023, submetido a aprovação da Tutela em 9/11/2020 e aprovado em reunião de Assembleia Geral de 18/03/2021.

O PAO2021 inclui dois cenários de atividade diferenciados pelos investimentos e gastos associados. O cenário utilizado nesta análise orçamental (sem PRR) é relativo ao desenvolvimento da atividade de acordo com o Contrato de Concessão (CC).

O outro cenário (com PRR) prevê a realização de investimentos adicionais se estes forem enquadráveis no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Como o impacto nas demonstrações financeiras prospetivas entre cenários é significativa, e o PAO2021 não foi aprovado, a análise orçamental baseia-se na atividade prevista em CC.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

0,9 M€

O Resultado Líquido ascende a 0,9M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos em 2021 mais o respetivo spread (3,14%) ser menor do que a prevista em orçamento (5,70%).

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

REMUNERAÇÃO ACIONISTA IT2021		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2020	mEur	833	619
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2020	mEur	1 020	1 145
Capital a remunerar	mEur	114 548	114 673
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,14%	5,70%
Acerto ao desvio de recuperação de gastos de 2020	mEur	28	-
Remuneração do ajustamento ao desvio de 2019 refletido no RL2020	mEur	0,5	-
Remuneração	mEur	857	1 607

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva previamente estabelecida pela ERSAR, mediante a definição de métricas.

A eficiência produtiva de 2020 teve como decisão final a correção de cerca de 38k€ (valor bruto), nos gastos com o custo das vendas (reagentes). Em março/21 foi efetuado o reconhecimento contabilístico da correção ao desvio de 2020.

No entanto, a Tejo Atlântico irá ainda apresentar, com o apoio da AdP, reclamação junto do Regulador.

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos impostos diferidos.

Em março/2021 atingiu-se o RL sem o efeito do desvio de recuperação de gastos de 2,9M€ e um DRG superavitário de 2,7M€. Em orçamento o DRG apresenta-se deficitário devido à previsão de mais gastos (FSE e amortizações) e também devido ao facto da taxa de remuneração acionista prevista ser superior à real (5,70% vs 3,14%).

RÉDITO/ GASTOS DE CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS

A Tejo Atlântico aplica o disposto no IFRIC 12, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. Como o investimento regista uma contração significativa face ao previsto, o valor do rédito/gastos dos serviços de construção apresenta a mesma tendência, o que justifica a variação negativa de 42% para o orçamentado.

RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

20,7 M€

A Prestação de Serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

EBITDA

EBITDA IT2021		Real	PAO
Resultado Operacional (EBIT)	mEur	2 490	3 659
Depreciações	mEur	-5 172	-6 122
EBITDA	mEur	7 662	9 780
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-2 722	1 391
Subsídios ao investimento	mEur	1 189	1 183
EBITDA Ajustado	mEur	9 194	7 207

O EBITDA a março ascendeu a 9,2 M€ o que representa uma variação positiva de 2,0M€ (+28%) para o orçamento.

O resultado operacional apresenta uma variação negativa de 1,2 M€ (-32%) para o orçamento, devido ao efeito da diminuição dos proveitos operacionais (-6,9M€), compensada pela redução dos gastos operacionais (5,7M€).

A variação dos proveitos deve-se na maioria ao DRG que no orçamento é deficitário (1,4 M€) enquanto que a situação a março/21 é de superavitária em 2,7 M€.

Adicionalmente, o desvio no rédito de construção em ativos concessionados (IFRIC12) contribui para reforçar a diminuição dos proveitos devido à realização de investimento abaixo do previsto.

Na base da variação dos gastos tem-se essencialmente a redução de fornecimentos e serviços externos (FSE), depreciações e amortizações e gastos com pessoal.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		R IT2021	H IT2020	O IT2021
Gastos totais	mEur	7 427	6 588	9 169
Capitalizações	mEur	-	-31	-
Subsídios à exploração	mEur	-3	-	-
FSE no período	mEur	7 423	6 557	9 169
Gastos COVID	mEur	292	20	170
FSE sem o efeito dos gastos COVID	mEur	7 131	6 536	8 999

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Em termos globais os FSE a março apresentam uma variação positiva de 1,7M€ (-19%) para o orçamento, e um aumento de 13% para o período homólogo.

O crescimento face ao período homólogo (+867 k€), resulta maioritariamente do aumento dos gastos com: conservação e reparação, tratamento de resíduos e efluentes, trabalho temporário, segurança, desinfeção e limpeza das instalações.

O aumento em conservação e reparação deve-se à manutenção do esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação das infraestruturas de anos anteriores, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva.

O aumento do trabalho temporário justifica-se pela necessidade de reorganização de equipas, constituição de equipas em espelho e desfasadas, para garantir distanciamento e cumprimento das orientações emitidas pelo Governo e pela DGS, o que não seria possível com recurso exclusivamente a meios internos, uma vez que a empresa tem carência de recursos humanos em geral, e na área operacional em particular, aguardando-se a aprovação orçamental de novas admissões propostas no PAO2021.

Dos FSE incorridos 292 k€ devem-se à COVID, tendo-se como mais representativos a desinfeção de instalações (93 k€), o trabalho temporário e os trabalhos especializados (159 k€).

Em março, verificou-se um incremento em equipamentos de telecomunicações (16 k€), na sequência da aprovação de aquisição de equipamentos e atribuição de cartões com serviço de voz e dados móveis à totalidade dos colaboradores da AdTA, com vista a minimizar o risco de contágio da pandemia e de modo a garantir que todos os trabalhadores que se encontram em regime de teletrabalho possuem condições e estão contactáveis com a empresa por via remota.

Comparativamente aos gastos previstos incorrer com COVID apura-se a março um desvio de 42%, devido ao incremento com trabalho temporário e desinfeção de instalações.

GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL		R IT2021	H IT2020	O IT2021
Gastos totais	mEur	3 414	3 057	3 680
Capitalizações	mEur	-283	-284	-266
Subsídios à exploração	mEur	-13	-	-
GP no período	mEur	3 118	2 773	3 414
Gastos COVID	mEur	144	5	115
GP sem o efeito dos gastos COVID	mEur	2 973	2 769	3 299

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Os Gastos com Pessoal no total de 3,1 M€, estão 9% abaixo do previsto. Para esta situação contribuiu a variação em baixa do número de colaboradores existente face ao previsto. No período foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no total de 283 k€ e deduzidos subsídios à exploração no valor de 13 k€.

Os gastos com pessoal apresentam-se abaixo do orçamentado em 41 5k€ e 344 k€ acima do homólogo, incluindo o incremento de gastos COVID no total de 144 k€.

Os gastos decorrentes da COVID estão maioritariamente associados a equipamentos de proteção e segurança e a trabalho suplementar, que inclui a remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que por necessidade da empresa tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferam uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. Esta remuneração suplementar é atribuída durante o estado de emergência.

Em termos comparativos com a verba prevista incorrer em COVID, apura-se a março um desvio de 20%, por terem ocorrido mais gastos com trabalho suplementar (+95 k€), compensados por menos gastos com proteção e segurança e assistência médica (-67 k€).

RESULTADO FINANCEIRO

(1,5) M€

O resultado financeiro é negativo em 1,5 M€ sendo composto apenas por gastos na sua maioria decorrentes de juros dos empréstimos BEI. Salienta-se que não se registaram rendimentos financeiros no período devido à não utilização da linha de crédito pela AdP.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	495 781				495 781	511 116	510 888 ▼
Ativo intangível	mEur	441 571				441 571	446 429	445 723 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	213				213	181	306 ▼
Ativo sob direito de uso	mEur	871				871	995	877 ▼
Desvios de recuperação gastos	mEur	225				225	9 639	9 330 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	15				15	8	10 ▲
Impostos diferidos ativos	mEur	52 814				52 814	53 287	54 643 ▼
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	72				72	578	0 ▲
Ativos correntes	mEur	107 666				107 666	116 376	105 203 ▲
Inventários	mEur	1 967				1 967	1 737	1 230 ▲
Clientes	mEur	15 857				15 857	16 012	17 004 ▼
Disponibilidades	mEur	87 223				87 223	77 076	52 686 ▲
Outros ativos correntes	mEur	2 620				2 620	21 551	34 283 ▼
Total do Ativo	mEur	603 447				603 447	627 492	616 091 ▼
Capital Social	mEur	113 528				113 528	113 528	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 2 521				- 2 521	- 2 521	▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	1 020				1 020	833	1 145 ▼
Resultados transitados	mEur	0				0	0	0 =
Resultado líquido	mEur	857				857	979	1 607 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	112 883				112 883	112 819	116 280 ▼
Passivos não Correntes	mEur	461 064				461 064	483 759	468 500 ▼
Provisões	mEur	735				735	0	0 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	198 996				198 996	210 642	199 506 ▼
Passivos por locação	mEur	367				367	710	412 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	124 831				124 831	129 284	124 589 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	119 689				119 689	123 069	124 441 ▼
Outros passivos não correntes	mEur	16 445				16 445	20 055	19 553 ▼
Passivos Correntes	mEur	29 500				29 500	30 914	31 311 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	11 742				11 742	10 119	11 332 ▲
Passivos por locação	mEur	447				447	297	468 ▼
Outros passivos correntes	mEur	17 310				17 310	20 498	19 511 ▼
Total do Passivo	mEur	490 563				490 563	514 673	499 811 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	603 447				603 447	627 492	616 091 ▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue⁽¹⁾	mEur	396 076				396 076	404 369	396 219
Autonomia Financeira	%	19%				19%	18%	19%
Liquidez Geral	n.º	3,6				3,6	3,8	3,4
Solvabilidade	n.º	0,2				0,2	0,2	0,2
Fundo de Maneio	mEur	78 166				78 166	85 462	73 892
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue⁽¹⁾	%	1,3%				1,3%	1,7%	0,6%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,8%				0,8%	0,9%	1,4%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,1%				0,1%	0,2%	0,3%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 603,4 M€, representando o ativo intangível bruto um total de 898,7 M€.

O ativo intangível previsto realizar a março era de 901,2 M€, verificando-se uma redução de 2,5 M€ justificada pelo desvio no investimento realizado no período (3,1 M€), deduzido da diferença de 0,6 M€ entre o investimento estimado no fecho do exercício orçamental e o valor efetivo alcançado no encerramento de 2020.

O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 0,2 M€, traduzindo na sua evolução uma redução significativa para o orçamentado. A aceleração da recuperação do desvio face ao previsto resulta da evolução favorável do superavit no período, coadjuvado pela variação positiva ocorrida entre a estimativa de fecho de 2020 (7,9 M€), e o fecho de 2020 (2,9 M€).

A dívida de Clientes apresenta uma evolução favorável, com uma redução de 8 dias no PMR.

A decomposição do saldo de Clientes é a seguinte:

Ativo não corrente	
Acordos de pagamento (não corrente).	72
Ativo corrente	
Clientes municipais	15 271
Clientes privados	76
Acordos de pagamento (corrente).....	509
Sub-total ativo corrente	15 857
Saldos credores trf. p/ passivo	-1 041
Total (corrente + não corrente)	14 887

As Disponibilidades apresentam uma variação positiva para o orçamentado, resultante da não utilização pela Holding da linha de crédito acordada, bem como da contração do investimento previsto.

Os outros ativos correntes no total de 2,6 milhões de euros são compostos maioritariamente por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros).

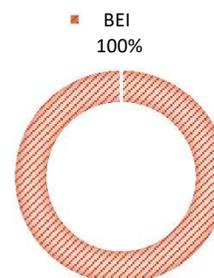
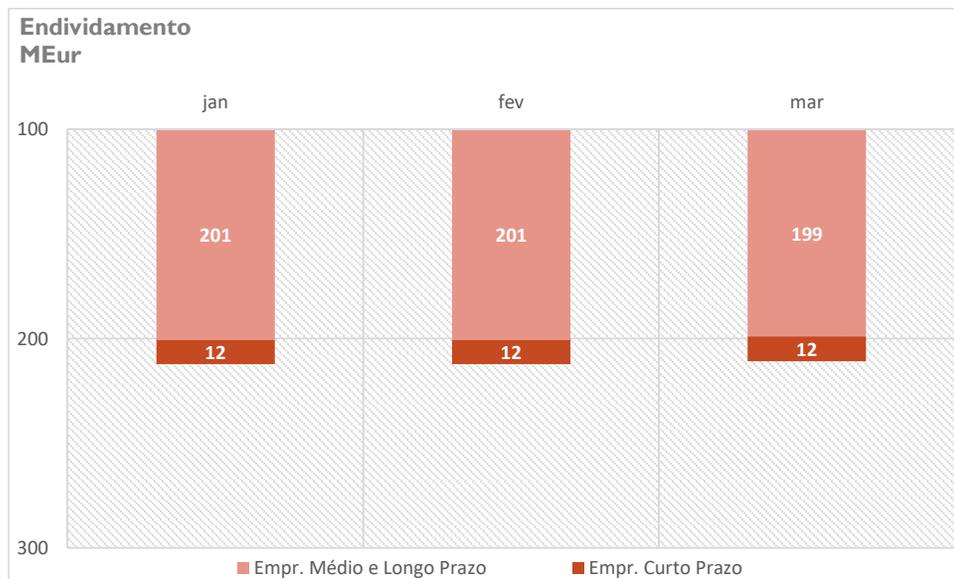
2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	210 739				210 739	220 761	210 838
Médio e Longo Prazo	mEur	198 996				198 996	210 642	199 506
BEI	mEur	200 109				200 109	211 851	200 691
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 112				-1 112	-1 209	-1 185
Curto Prazo	mEur	11 742				11 742	10 119	11 332
BEI	mEur	11 742				11 742	10 119	11 332

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	210 739				210 739	220 761	210 838
Debt to equity	%	187%				187%	196%	181%
Net Debt - Endividamento líquido⁽¹⁾	mEur	123 501				123 501	123 677	126 142
Net Debt to EBITDA⁽¹⁾	n.º	3,4				3,4	2,9	4,4
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	52				52	49	60,0
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	35				35	44	34,9

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.



A variação para o orçamento deve-se à previsão de utilização de 32 milhões de euros da linha de crédito pela AdP, o que não se verificou.

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2020, deliberada em Assembleia Geral de março de 2021, que aprovou aumento da Reserva Legal em 0,2 milhões de euros e a distribuição de Dividendos no valor de 3,5 milhões de euros.

Em provisões está reconhecida a provisão constituída em 2020, relativa a juros previstos pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL, no decurso de empreitadas realizadas na extinta Águas do Oeste, cuja vertente de saneamento integrou a cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 4%, devido ao menor valor do investimento concretizado no período.

Os outros passivos não correntes no valor de 16,4 M€ são maioritariamente formados por impostos diferidos passivos, cuja redução face ao previsto decorre essencialmente da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

Os outros passivos correntes no total de 17,3 M€ são constituídos por dívidas a fornecedores e outros credores e por dívidas ao Estado.

DÍVIDA FINANCEIRA 210,7 M€

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 1,4 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 123,5 M€

A formação do Endividamento Líquido engloba o conjunto de disponibilidades existentes.

3. INDICADORES COMERCIAIS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,5				45,5	45,4	45,6
Volume de atividade - saneamento	Mm³	45,5				45,5	45,4	45,6
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 691				20 691	20 870	20 710
Volume negócios - saneamento	mEur	20 691				20 691	20 870	20 710
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	14 887				14 887	15 607	17 004
Dívida vencida total	mEur	689				689	607	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	581				581	1 233	0
Injunções	mEur	0				0	0	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 355				45 355	45 312	45 390
Sistema da Grande Lisboa	mm³	39 722				39 722	39 829	39 744
Sistema do Oeste	mm³	5 633				5 633	5 483	5 646
Total de efluentes faturados Outros	mm³	112				112	138	168
TOTAL	mm³	45 467				45 467	45 450	45 559

ATIVIDADE

45,5 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 45,5 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

Dívidas de Utilizadores*	mEur	2021					Div. Juros	Div. Outros
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções		
Dívida Total	mEur	14 811	680	13 170	581	,	381	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

14,8 ME

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 14,8 milhões de euros, dos quais 0,7 milhões de euros é dívida vencida que é composta por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes estão a pagar sem atrasos significativos.

Comparativamente ao orçamento verifica-se um melhoria do saldo de clientes decorrente do facto do prazo de recebimento ter sido inferior ao previsto.



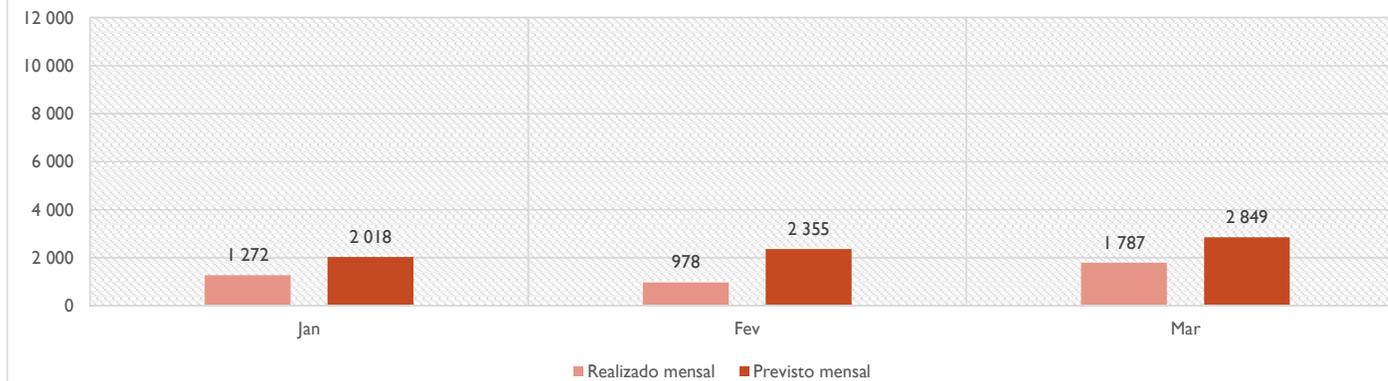
4. INVESTIMENTOS

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Investimento	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	4 037				4 037	3 185	7 222
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	3 980				3 980	3 174	7 071
Estrutura	mEur	57				57	11	152

¹ Investimento sem dedução de abates.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

4,0 M€

O investimento realizado no trimestre tem um desvio de 44% para o previsto.

A realização mais significativa no período abrange 2,8 M€ em empreitadas, 0,4 em estudos e projetos, assessorias, fiscalizações e terrenos e 0,8 M€ em aquisições de equipamento básico, capitalizações e equipamento administrativo.

Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2021	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾
				Anterior	1º T	2º T	3º T			
1 Conção/Construção da Beneficiação FA de Chelas – Fase I	dez/19	set/22	mEur	23	0			2 640	0%	4 800
2 Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	jan/21	mai/22	mEur	0	0			1 624	0%	2 300
3 Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 1ª Fase	mai/21	jun/23	mEur	0	0			1 385	0%	4 500
4 Conção/Construção da Beneficiação FA S.João da Talha - Fase I	set/20	abr/22	mEur	13	551			1 339	41%	2 231
5 Fornecimento e Montagem Equip.Eletromecânicos da Zona Norte	mar/21	jul/22	mEur	0	0			1 059	0%	1 800

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Datas conforme PAO2021.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado			
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	R IT2020	R IT2019	O IT2021
EBITDA	mEur	7 662				7 662	7 806 ▼	8 407 ▼	9 780 ▼
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	mEur	9 194				9 194	10 774 ▼	11 315 ▼	7 207 ▲
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	838				838	636 ▲	717 ▲	763 ▲
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	7 423				7 423	6 557 ▲	5 888 ▲	9 169 ▼
(2a) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 292				- 292	- 20 ▼	0 ▼	- 134 ▼
(3) Gastos com o pessoal	mEur	3 118				3 118	2 773 ▲	2 769 ▲	3 414 ▼
(3a) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 144				- 144	- 5 ▼	0 ▼	- 115 ▼
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	10 942				10 942	9 941 ▲	9 375 ▲	13 096 ▼
(5) Volume de Negócios (VN)⁽²⁾	mEur	20 691				20 691	20 870 ▼	20 803 ▼	20 710 ▼
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	53%				53%	48% ▲	45% ▲	63% ▼
(i) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	2,7				3	21 ▼	20 ▼	31 ▼
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	0				0	1 ▼	1 ▼	2 ▼
(iii) Gastos com a frota automóvel	mEur	185				185	184 ▲	190 ▼	226 ▼
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	187				187	206 ▼	211 ▼	259 ▼
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	5				5	21 ▼	0 ▲	25 ▼
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	390				390	377 ▲	369 ▲	453 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	10				10	9 ▲	9 ▲	10 =
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	7				7	6 ▲	6 ▲	6 ▲
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	Unid.	373				373	362 ▲	354 ▲	437 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	53				53	60 ▼	59 ▼	73 ▼
Número de viaturas	Unid.	144				144	144 =	144 =	155 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Considerando que a elaboração do Plano e Orçamento de 2021 foi efetuada ao abrigo das Instruções constantes no Despacho n.º 395/2020 do SET de 27/07/2020, que estabelece como base de referência para avaliar o cumprimento dos princípios financeiros, o maior dos valores ocorridos entre os anos de 2019 e 2020, apresenta-se a comparação da evolução da eficiência operacional de 2019 e 2020.

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2021, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da Empresa.

Principais dificuldades decorrentes do contexto atual e a perspetiva do CA sobre a forma de as gerir e ultrapassar:

A situação que vivemos desde março/20 obrigou a Administração a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança dos trabalhadores e das instalações e responsabilidade individual e coletiva.

Deparando-nos com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, foi necessário encontrar formas de gestão que permitissem cumprir o contrato de concessão e assegurar a nossa missão sem interrupções no serviço público, destacando-se, designadamente as seguintes medidas:

- . Colocámos a operação a funcionar em regime de rotatividade, desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar o tratamento das águas residuais diariamente com a qualidade exigida pelas respetivas licenças, e a continuidade do serviço, o que implicou a realização de horas de trabalho suplementar e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- . Adequámos as equipas de manutenção e de engenharia, mantendo-as em rotação ativa e, sempre que as funções com isso fossem compatíveis, colocámos as pessoas em trabalho remoto;
- . Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na “linha da frente” e 20% em reserva de prontidão;
- . Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- . Reforçámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – o que exigiu intensificar a comunicação interna e o acompanhamento e formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - estão asseguradas as necessidades de EPIs e materiais essenciais ao trabalho em segurança para os próximos meses;
- . Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos, de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente – Atualmente temos 40% da força de trabalho a funcionar deslocalizadamente;
- . Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/ wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e seus trabalhadores deslocalizados;
- . Implementámos novas (e ampliadas) rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- . Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar.

Foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais para garantir o tempo necessário para cumprirem as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfecções, antes e depois de iniciarem as suas funções, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferissem uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar durará enquanto se mantiverem as medidas de confinamento decretadas durante o estado de emergência.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascendem no primeiro trimestre de 2021 a 0,4 milhões de euros, dos quais: i) 33% são gastos associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com equipamento de proteção e segurança, e os gastos com trabalho suplementar e, ii) 67% são gastos com limpeza e desinfecção das instalações e trabalho temporário, entre outros.

Em meados de março/2021 o Governo apresentou as medidas de desconfinamento que vão vigorar entre 15 de março e 3 de maio, que constituem um processo gradual sujeito a reapreciação quinzenal em função da avaliação do risco da pandemia de COVID-19. Por ser considerado um processo a "conta-gotas", a Águas do Tejo Atlântico manteve o dever geral de confinamento e as regras que têm vigorado durante os estados de emergência, pelo que continuou a ser obrigatório o regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e mantiveram-se na #inhadafrente todos os trabalhadores necessários para assegurar o cumprimento da missão da empresa.

De salientar que a Comissão Executiva aprovou o “Plano de Reforço de Segurança AdTA 2021”, desenvolvido por todas as unidades orgânicas da empresa, que tem como objetivo incrementar a realização de ações efetivas ao nível organizacional e operacional com vista ao aumento da segurança das pessoas e das instalações, melhoria de condições para resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação, melhoria de competências, informação e comunicação que, não decorrendo diretamente da atual situação pandémica, será um instrumento fundamental para garantir as condições de proteção e segurança dos trabalhadores neste momento particularmente sensível.

Paralelamente mantém-se o reforço e exigência do cumprimento de todas as normas em vigor relativas ao combate à propagação da COVID-19, das medidas de prevenção que permitem a sua contenção nos locais de trabalho (e em casa), bem como o uso correto e obrigatório de máscara, de forma a mantermos a frente desta batalha ativa, sem esmorecer nem facilitar.

Em 2021, a Águas do Tejo Atlântico mantém o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Sendo a nossa atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos, em 2021 continuamos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

ANEXO

I.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

Ficha 2 - Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – Fase I

Ficha 3 - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - Fase I

Ficha 4 - Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha

Ficha 5 - Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

mar/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

abr/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 791 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

2 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

[A empreitada foi consignada em 18-01-2021.](#)

[O projeto de execução foi entregue pela entidade executante em 16-02-2021.](#)

[Em 12-03-2021, a Entidade Executante entregou uma revisão geral do projeto de execução, que se encontra em apreciação pela Tejo Atlântico.](#)

[Foram iniciados os trabalhos de limpeza e demolição.](#)

[A estimativa atual do valor da obra corresponde ao valor de adjudicação.](#)

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

mar/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jun/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 970 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-14%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada foi adjudicada em 18/02/2021 e foi assinado o contrato a 18/03/2021.

Prevê-se a consignação da empreitada durante o mês de abril.

A estimativa do valor da obra corresponde ao valor de adjudicação.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico -1ª Fase

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

mar/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

set/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 500

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

O concurso da empreitada encontra-se em fase de apreciação de propostas.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: os campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha.

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

mar/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jan/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

2 231 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

551 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

25%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-2 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos registou-se o seguinte:

- 1) Aprovação do projeto de execução condicionada à reformulação dos pormenores e indicações definidas pela Tejo Atlântico;
- 2) Trabalhos de reabilitação dos balneários masculinos e construção dos balneários femininos, bem como reabilitação do espessador gravítico;
- 3) Produção em fábrica das coberturas do tanque de homogeneização e do desarenador/desengordurador;
- 4) Equipamentos eletromecânicos estão aprovados e encomendados, estando a decorrer os prazos de entrega que não integram eventuais atrasos devidos aos estados de emergência, resultantes da pandemia por COVID-19.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

mar/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 800 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

4 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

4 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Foi realizada a audiência prévia do concurso da empreitada.

Em fase de audiência prévia foram recebidas duas pronúncias por parte dos concorrentes.

Foi concluída a análise das referidas pronúncias e procedeu-se à elaboração do Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, que aguarda aprovação.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

M
Bw

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do primeiro trimestre de 2021 (doravante designado por REO 1T 21).
2. A cronologia da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2021 ("PAO 2021") e seus respetivos pareceres, foi a seguinte:

	Aprovações/Pareceres	Data
PAO 2021	Aprovação do Conselho de Administração	21/09/2020
	Parecer do Revisor Oficial de Contas	27/10/2020
	Parecer do Conselho Fiscal	28/10/2020
	Aprovação em Assembleia Geral	18/03/2021
	Aprovação pela UTAM (Ministério das Finanças)	(a)
	Aprovação pelo Secretário de Estado do Tesouro	(a)

(a) O PAO não foi aprovado por estas entidades

3. Descrição dos factos que condicionam as nossas conclusões:
 - 3.1 *A versão do PAO de 2021, sem impactos no âmbito do "Programa de Recuperação e Resiliência", utilizada pelo Conselho de Administração, para a elaboração deste REO 1T 21, tem as seguintes limitações:*
 - *Trata-se de uma versão aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de setembro de 2020, tendo o ROC e o CF emitido pareceres em 27 de outubro de 2020 e 28 de outubro de 2020, respetivamente, e foi aprovado em Assembleia Geral da Entidade em 18 de março de 2021, mas ainda não se encontra aprovado, quer pela UTAM, quer pelo Secretário de Estado do Tesouro (SET). Refira-se que a UTAM reprovou este PAO 2021 em 16 de abril de 2021 e o Secretário de Estado do Tesouro homologou esta decisão desfavorável em 10 de maio de 2021. Na data deste nosso relatório encontra-se em curso o contraditório por parte da AdTA.*

- 
- *Incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.*
 - *Foi elaborado numa base anual, considerando a projeção das contas semestrais executadas relativas ao primeiro semestre de 2020, as quais não tinham ainda sido auditadas.*

3.2 *Com referência a 31 de março de 2021 (primeiro trimestre de 2021) não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas, nomeadamente, nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução.*

RESPONSABILIDADES

4. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
5. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 1T 21 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do primeiro trimestre de 2021, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) analisamos o conteúdo do “Memorando de Acompanhamento relativo ao primeiro trimestre de 2021”, emitido pelo ROC da AdTA em 20 de julho de 2021.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6. O REO 1T 21, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira (“Balanco”) e na Demonstração de Resultados:

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<i>Em mEuros</i>	1º trimestre de 2021 (Acumulado)				Desvio absoluto
	Real	%	PAO 2021	%	
Demonstração da Posição financeira					
Ativo não corrente	495 781	82%	510 888	83%	(15 107)
Ativo corrente	107 666	18%	105 203	17%	2 463
Total do ativo	603 447	100%	616 091	100%	(12 644)
Capitais próprios	112 884	19%	116 280	19%	(3 396)
Passivo não corrente	461 064	76%	468 500	76%	(7 436)
Passivo corrente	29 499	5%	31 311	5%	(1 812)
Total do passivo	490 563	81%	499 811	81%	(9 248)
Total dos capitais próprios e passivo	603 447	100%	616 091	100%	(12 644)
Rácio de liquidez corrente	4		3		0
Rácio de autonomia financeira	18,7%		18,9%		-0,20
Prazo médio de recebimentos	52		60		-8
Prazo médio de pagamentos	35		35		0

De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o PMP seja superior a 60 dias. Dado que a Entidade apresenta um PMP de 35 dias, este preceito legal não se aplica.

Acresce que, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, facto que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

6.1.1 *Comentários sobre as principais variações no “Ativo não corrente” executado, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 15.1 milhões de euros*

- a) **Redução** dos “Ativos Intangíveis”, face ao previsto, no montante de 4.1 milhões de euros. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável “investimento”, pois os montantes executados (investimento bruto) somente atingem 56 % do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		Peso % do investimento real no PAO de 2021
	Real	PAO 2021	
Saneamento	3 980	7 071	56%
Estrutura	57	152	38%
Totais	4 037	7 223	56%

Para além do facto da pandemia, as razões para este desvio, estão associadas a acontecimentos ligados com a tramitação da contratação e pela existência, em alguns concursos, da total ausência de oferta de serviços.

- b) **Redução** da rubrica "Desvio de recuperação de gastos", face ao previsto, no montante de 9.1 milhões de euros: A Entidade continua a recuperar o défice tarifário acumulado de anos anteriores, em resultado do superavit executado obtido neste primeiro trimestre de 2021 no montante de 2.7 milhões de euros (mais 4.1 milhões face ao previsto). Este facto, resulta, nomeadamente, da acentuada redução dos gastos com amortizações, comparativamente ao orçamento e da redução da taxa de juro das OT face ao previsto. Acresce ainda que, a estimativa anual para 2021 desta rubrica contida no PAO 2021, foi de 13.2 milhões de Euros, tendo sido estimada, recorrendo a uma projeção do executável até junho de 2020, sendo que, o executado (real) no final do ano de 2020, foi de 2.9 milhões de Euros, pelo que, este desvio anual terá impactos na análise dos desvios trimestrais.
- c) **Redução** da rubrica "Impostos diferidos ativos", face ao previsto, no montante de 1.8 milhões de euros: Resulta, nomeadamente, das diferenças fiscais temporárias associadas à redução das amortizações de investimento futuro (registado no passivo não corrente), em função da contração do investimento face ao previsto, conforme referido na alínea 6.1.1 a) acima.

6.1.2 *Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente" executado, que conduziram a um aumento, face ao esperado, de 2.4 milhões de euros*

- a) **Redução** da rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 1.1 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pela redução do prazo médio de recebimentos da execução (52 dias) face ao previsto (60 dias).

M
S

b) **Aumento** significativo da rubrica “Disponibilidades”, face ao previsto, no montante de 34.5 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pelos seguintes factos:

- Estava previsto existir neste trimestre, empréstimos concedidos junto da AdP SGPS, sob a forma de “Apoios à Tesouraria” no montante de 32 milhões de euros (6.1.2. c), facto que não se concretizou na execução, pois os apoios concedidos encontram-se totalmente reembolsados, permitindo um aumento do “stock” de moeda incluído na rubrica “Disponibilidades”, acima do esperado; e,
- A contração do investimento executado, face orçamento (nota 6.1.1. a.) e o aumento do superavit tarifário tem permitido um acumular de stock de moeda, acima do esperado.

c) **Redução** significativa da rubrica “Outros ativos correntes”, face ao previsto, no montante de, aproximadamente, 31.6 milhões de euros: Esta variação tem o seguinte detalhe:

Descrição em MEur.	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Estado e outros entes públicos	935	1 785	(850)
Apoios à Tesouraria da AdP SGPS		32 000	(32 000)
Outros ativos correntes	1 684	498	1 186
Total	2 619	34 283	(31 664)

Constata-se que a principal variação resulta da rubrica “Apoios à Tesouraria da AdP SGPS, face ao previsto, conforme referido na nota anterior (6.1.2 d).

6.1.3 *Comentários sobre as principais variações nos “Capitais próprios” executados, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 3.3 milhões de euros*

A **redução** dos capitais próprios, face ao previsto, resulta, nomeadamente:

- a) Para efeitos de orçamentação, foi estimado que a transação com as ações próprias (de valor nominal de 2.5 milhões de euros), ocorreria no primeiro trimestre de 2021, facto que não aconteceu na execução;
- b) O desvio apresentado no “Resultado líquido” do primeiro trimestre de 2021 (desvio negativo de 750 mil euros), explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.14%), face à taxa de juro mais spread orçamentado (5.70%).

M
A

6.1.4 Comentários sobre as principais variações no “Passivo”

- a) Constata-se que a rubrica “Provisões” apresentada no passivo não corrente, apresenta um desvio desfavorável de 735 mil euros. Este montante respeita a uma ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. *Refira-se que, como acontecimento subsequente a 31 e março de 2021, e na data deste nosso relatório, temos conhecimento que foi efetuado um acordo com este fornecedor que envolveu um pagamento de 600 mil euros, pelo que aquela provisão se revelou excedentária em 135 mil euros.*
- b) A rubrica “Financiamentos obtidos” de exigibilidade corrente e não corrente, está praticamente em linha com os montantes previstos (existe um desvio favorável de 100 mil euros no conjunto da exigibilidade corrente e não corrente).
- c) **Redução** da rubrica “Amortizações de investimento futuro”, face ao previsto, no montante de 4.7 milhões euros: Nesta rubrica são reconhecidas as amortizações acumuladas do investimento contratual, as quais são transferidas para a rubrica “Ativos intangíveis – amortizações acumuladas”, sempre que ocorre investimento executado. Assim, considerando o comportamento da variável “investimento” quanto à sua execução e previsão, conforme referido na nota 6.1.1 a) acima, a variação nesta rubrica, é explicada, nomeadamente, pela contração do investimento executado face ao previsto.
- d) **Redução** da rubrica “Outros passivos não correntes”, face ao previsto, no montante de 3 milhões de euros, a qual resulta da redução da rubrica “Passivos por impostos diferidos”, em consequência, nomeadamente, da redução executada no ativo não corrente associado ao desvio de recuperação de gastos, o qual demonstra uma evolução favorável à AdTA (nota 6.1.1.b):

Descrição em MEur.	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Passivos por impostos diferidos	15 874	18 971	(3 097)
Outros	571	582	(11)
Total	16 445	19 553	(3 097)

- e) **Redução** da rubrica “Outros passivos correntes”, face ao previsto, no montante de 2.2 milhões de euros, conforme se detalha:

Descrição em MEur.	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Fornecedores	6 112	6 560	(448)
Outros passivos	8 649	11 049	(2 400)
Estado e outros entes públicos	1 666	1 243	423
Imposto sobre o rendimento do exercício	883	659	224
Total	17 310	19 511	(2 201)

A variação desfavorável na rubrica “Outros passivos correntes” no montante de 2.4 milhões de euros, resulta do desvio temporal relacionado com o reconhecimento da estimativa dos dividendos a atribuir aos acionistas.

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em mEuros	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2021	
Demonstração dos resultados			
Prestação de serviços (saneamento)	20 692	20 710	(18)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	3 980	6 805	(2 825)
Dêfice / (Superavit) tarifário	(2 722)	1 391	(4 113)
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(3 980)	(6 805)	2 825
Custo das vendas / variação de inventário	(838)	(763)	(75)
Margem Bruta	17 132	21 338	(4 206)
Fornecimento e serviços externos	(7 423)	(9 169)	1 746
Gastos com pessoal	(3 118)	(3 414)	296
Amortizações	(5 172)	(6 122)	950
Outros gastos e perdas operacionais	(172)	(175)	3
Subsídios ao investimento	1 189	1 183	6
Outros rendimentos e ganhos operacionais	54	17	37
Resultados operacionais	2 490	3 658	(1 168)
Resultados financeiros	(1 455)	(1 474)	19
Impostos	(178)	(577)	399
Resultado líquido do período	857	1 607	(750)

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

- a) As prestações de serviços encontram-se em linha com o orçamento (variação desfavorável de 18 mil euros);
- b) Os montantes decorrentes da aplicação da IFRIC 12 registam variações opostas, face ao previsto, de 2.8 milhões de euros, em virtude do referido na alínea 6.1.1 a) acima.
- c) O superavit tarifário do primeiro trimestre de 2021, face ao previsto (Défice tarifário), é favorável à Entidade em aproximadamente 4.1 milhões de euros, o qual se deve, maioritariamente, à redução nas rubricas “Fornecimento e serviços externos”, “Gastos com pessoal”, Amortizações e nos impostos, face ao previsto, de 1.7 milhões de euros, 296 mil euros, 950 mil euros e 399 mil euros, respetivamente, além do impacto (“favorável”) da taxa juro das OT (mais respetivo spread) face à taxa de juro prevista conforme referido na nota 6.1.3 b).
- d) Realce que o EBITDA (Ajustado) obteve um desvio favorável à Entidade, face ao previsto, de 1.9 milhões de euros, para o qual contribui o comportamento favorável dos gastos referidos na alínea anterior. Contudo, realce-se que, este desvio terá que ser analisado, considerando os seguintes factos.

6.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL / ORIENTAÇÕES LEGAIS

Apresenta-se de seguida um resumo da evolução da eficiência operacional/orientações legais da AdTA, no primeiro trimestre de 2021:

Eficiência operacional	1º trimestre de 2021 (Acumulado)		Desvio absoluto	Indicadores 31.12.2019 (Anual) Despacho n.º395/2020 de SET 27/07/2020 50%
	Real	PAO 2021		
PRC %: (D)/(II)	52,9%	63,2%	(10,3) p.p	
I) GASTOS OPERACIONAIS	10 943	13 097	(2 154)	
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	838	763	75	
Fornecimento e serviços externos (FSE) excluído Covid (Meur):	7 131	9 035	(1 904)	
FSE totais (mEur)	7 423	9 169	(1 746)	
FSE (Covid) (Meur)	(292)	(134)	(158)	
Gastos com pessoal (GCP) excluído Covid (Meur):	2 974	3 299	(325)	
GCP totais (mEur)	3 118	3 414	(296)	
GCP (Covid) (Meur)	(144)	(115)	(29)	
II) VOLUME DE NEGÓCIOS (*)	20 692	20 710	(18)	
OUTROS INDICADORES:				
Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	3	31	(28)	
Gastos com ajudas de custo do pessoal (Meur)	0	2	(2)	
Gastos com a frota automóvel (mEur)	185	226	(41)	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult.(mEur)	5	25	(20)	
Nº de pessoal	390	453	(63)	
Nº de viaturas	144	155	(11)	

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

M
G

Tendo por base o parágrafo 3.1 do Despacho 395/2020 – SET de 27 de julho de 2020 (o Despacho), e num contexto de pandemia, o critério comparativo para avaliar o cumprimento do PRC executado no primeiro trimestre de 2021 (52.9%) deverá ser o PRC executado do ano de 2019 (50%), pese embora, estejamos em 2021 ainda perante os resultados somente do primeiro trimestre. Desta forma, a Entidade deverá monitorizar este incumprimento legal até ao final de 2021. Acresce ainda que, existe cumprimento deste indicador, face ao orçamento do primeiro trimestre de 2021 (63.2%).

Adicionalmente, o mesmo Despacho impõe limites a determinados gastos a ocorrer em 2021, os quais devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes executados de 2020 e 2019: Os gastos são:

- “A” - gastos com pessoal;
- “B” - o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e os associados à frota automóvel;
- “C” - o conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

Da nossa análise a estes gastos, resulta o seguinte:

- *Incumprimento legal em “A”, pois o montante executado no primeiro trimestre de 2021 é de 2.9 milhões de euros, sendo que o montante mais elevado (primeiro trimestre de 2019) é de 2.7 milhões de euros. Constatou-se, contudo, que “A” se encontra em cumprimento com o primeiro trimestre do orçamento de 2021 (3.4 milhões de euros);*

Nota: Na comparação dos gastos com pessoal, deve ser excecionado os gastos com Órgãos Sociais e retirar o efeito do absentismo, contudo esta informação ainda não está disponível no REO do 1º trimestre de 2021.

- Cumprimento legal em “B”, pois o montante executado no primeiro trimestre de 2021 é de 187 mil euros, sendo que o montante mais elevado (primeiro trimestre de 2019) é de 211 mil euros. Constatou-se, que “B” se encontra também em cumprimento com o primeiro trimestre do orçamento 2021 (259 mil euros);

- Cumprimento legal em “C”, pois o montante executado no primeiro trimestre de 2021 é de 5 mil euros, sendo que o montante mais elevado (primeiro trimestre de 2020) é de 21 mil euros. Constatou-se, que “C” se encontra também em cumprimento com o primeiro trimestre do orçamento 2021 (25 mil euros);

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

7. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do primeiro trimestre de 2021, *com exceção dos factos referidos nas notas 3.1, 3.2, 6.1.4 e 6.3 acima*, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao primeiro trimestre de 2021, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

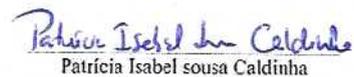
Lisboa, 21 de julho de 2021


Armando José de Sousa Resende

(Presidente)

Assinado por: **CATARINA ALEXANDRA
CARVALHO EINS**
Num. de Identificação: **111888452**

(Vogal)


Patrícia Isabel Sousa Caldeira

(Vogal)

Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao primeiro trimestre de 2021

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da AdTA – Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao primeiro trimestre de 2021, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre 2021”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:

- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
- Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2021;
- Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, no que se refere aos seguintes aspetos:

- Plano de contratação de trabalhadores conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;

- Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Plano de redução de custos conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de três meses findo em 31 de março de 2021, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2021, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por "Relatório de Execução Orçamental – 1º Trimestre 2021".

5.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 35 dias, inferior ao limite. No âmbito do Programa "Pagar a Tempo e Horas" e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 40 dias, o que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

5.3 Relativamente ao plano de contratação de colaboradores, nos termos do previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, a Entidade encontra-se em cumprimento.

5.4 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se em incumprimento comparativamente com o exercício de 2019, não obstante se encontrar em cumprimento comparativamente ao orçamento.

5.5 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se em cumprimento quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel e aos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria. No que respeita à manutenção dos gastos com pessoal, a Entidade encontra-se em incumprimento face ao exercício de 2019, não obstante se encontrar em cumprimento face ao orçamento.



5.6 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

5.7 Adicionalmente, a Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2020, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2021 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.8 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à Entidade a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

20 de julho de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

A handwritten signature in blue ink, reading "José Bizarro", with a stylized flourish at the end.

José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.